

# A regra do -1 (menos um)

Há indícios reais de que o ministro da Fazenda está preocupado com as fúrias que se soltaram, colocando em xeque todo seu programa de recuperação da economia. Agora, parece, s. exa. dá-se conta de que a inflação corre o risco de ficar fora de controle, fazendo-se mister grande acordo entre governo, trabalhadores e empresários para impedir que o esforço produtivo da Nação continue sendo tragado nessa enorme armadilha representada pela moeda sem valor. O sr. Dilson Funaro foi muito claro no discurso que proferiu na Abinee: nos demais países, a sociedade inteira luta contra a inflação, porque ela consome as poupanças; no Brasil, a poupança está protegida contra a inflação, o que impede a sociedade de verificar que está caindo na armadilha, ou, dito de outra forma, a regra econômica é multiplicada por -1 (menos um).

A situação é grave. Por isso, s. exa. está disposto a dedicar o melhor de suas energias para conseguir que um acordo entre trabalhadores, governo e empresários permita ao Brasil trilhar em paz o processo econômico de 1986. A questão que se coloca, no entanto, é que a regra do -1 (menos um) também afetou seu raciocínio: a fórmula que excogitou para permitir que se atinja o fim de 1986 sem graves perturbações é não reduzir salários, nem ganhos de capital. E acrescentaríamos: aumentando impostos.

Na verdade, a regra de multiplicar tudo por -1 (menos um) produz efeitos mágicos: o que é negativo se torna positivo, e o que é positivo fica negativo. Como a dialética funciona na sociedade e não na álgebra, apenas existe a possibilidade de o positivo tornar-se negativo, na vida real, ele é imediatamente multiplicado por -1 (menos um) e se torna de novo positivo. Não é assim que tem acontecido quando se dá a generosa intervenção do Estado (-1) para permitir que o negativo (resultado da multiplicação do positivo por -1) volte a ser precedido do sinal + (positivo)?

É por isso que se pode observar neste fim de ano, quando já existem os que prevêem inflação constante de 14% ao mês em 1986, um movimento comercial desusado (objetivo de outro comentário nosso). É que todos os brasileiros estão operando com calculadoras que só têm a tecla -1 (menos um), e ninguém quer ver a realidade um pouco à frente. No fundo, a regra do -1 (menos um) está tornando realidade aquela predição própria do mundo fantástico: no dia em que os salários e o capital tiverem a mesma correção (igual em valor e na frequência), ninguém mais irá protestar contra a inflação — vale dizer, contra seus efeitos deletérios e desagregadores. Ninguém protestará porque todos imaginarão ter feito bom seguro contra seus efeitos danosos, esquecendo-se de que esse seguro, para ser visto em sua verdadeira extensão, também deve ser multiplicado por -1 (menos um).

Na política está-se marchando também para o terreno da álgebra, em busca da regra do -1 (menos um). Na ESG, o presidente invoca o "legado da conciliação" de Tancredo Neves, e exalta a regra da convergência dentro da divergência. Ora, se não se souber exatamente onde deve parar a convergência — em outras palavras, quais são os princípios inegociáveis da democracia —, acabar-se-á, em nome do *consenso*, multiplicando tudo por -1 (menos um), o que fará com que todas as caras sejam cinzentas. Em nome, diga-se de passagem, da convergência democrática.

A rigor, para que haja convergência é possível que todos estejam conscientes das divergências e do meio do caminho, onde devem encontrar-se. Em artigo que publicamos domingo, Lee Iacocca mostra a dificuldade em que se encontram os Estados Unidos, em alguns assuntos, porque todos estão de acordo em ser contra o Japão: "De que forma eles pretendem encontrar um terreno comum, com todo o mundo tão unânime?". Mostra, também, que a convergência só pode aplicar-se nas relações políticas em sentido amplo, quando se abando-

na aquilo que chamamos a regra do -1 (menos um). O exemplo que dá vem a calhar para a realidade brasileira: as concessões que os trabalhadores da Chrysler e a direção da empresa fizeram para mantê-la produtiva e concorrencial. Ninguém multiplicou o seu negativo por -1 (menos um) para tornar-se positivo; pelo contrário, fizeram exatamente o oposto: consentiram em sacrifícios, na esperança, que se tem revelado real até agora, de que as perdas dos trabalhadores multiplicadas pelas perdas dos dirigentes da empresa acabassem por constituir benefício para todos: empregos, capacidade de concorrência, lucros, dividendos e assim por diante.

Se ninguém se convencer de que a regra do -1 (menos um) trabalha contra os valores fundamentais da sociedade — qualquer sociedade! —; se ninguém se dispuser a multiplicar suas perdas pelas perdas dos outros para que da operação com negativos resulte um positivo do interesse coletivo; se todos não se dispuserem a sacrifícios consentidos, não será possível vencer as armadilhas da inflação. Para que isso aconteça, no entanto, é preciso haver vontade política, que na linguagem de Iacocca poderia resumir-se assim: o presidente diz que todo mundo deve perder *tanto*, os cidadãos escrevem aos deputados dizendo que estão dispostos a assumir esse sacrifício (que será de burocratas, parlamentares, magistrados e militares por igual) e o Congresso vota o sacrifício, que compartilharemos satisfeitos.

Isso lembra *O Pequeno Príncipe*. Assim, talvez seja uma ilusão; abandoná-la, porém, é aceitar passivamente a regra do -1 (menos um) e consentir em que a inflação corroa os valores maiores da sociedade, a título de não atingir o valor real da poupança (o que é ilusão maior do que a da fábula). Combater a regra do -1 (menos um) é um imperativo nacional; falta apenas a vontade política das lideranças econômicas, sindicais e políticas para que a luta seja travada e vencida antes que seja tarde demais.